



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**

**ESTADO DO PARANÁ**

L      E      I      nº 3.128/2011

Data : 28 de junho de 2011.

Súmula: Estabelece regras sobre a cessão funcional e a disposição funcional no âmbito da municipalidade, seja entre órgãos e entidades da administração direta ou indireta ou da entidade privada, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

## **CAPÍTULO I**

### **DA CESSÃO E DISPOSIÇÃO FUNCIONAL**

#### **Seção I: Da disposição funcional de servidores municipais**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder funcionários públicos e a distribuir empregados públicos, provisoriamente, exceto ocupantes de cargo em comissão, a órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do Município de Bandeirantes, órgãos ou entidades da União, dos Estados, de outros Municípios ou do Poder Legislativo do Município de Bandeirantes e do Poder Judiciário local, com ou sem ônus para o Município, ou ainda mediante ressarcimento, conforme conveniência pública.

~~Parágrafo Único – A cessão prevista neste artigo deverá sempre ser precedida de concordância expressa do servidor.~~

§1º – A cessão prevista neste artigo deverá sempre ser precedida de concordância expressa do servidor. (alterado pela Lei nº 3.365/2013 de 05 de dezembro de 2013)

§ 2º - Excepcionalmente, atendendo a expresse interesse da Administração, poderá haver a cedência de funcionários públicos às associações e entidades filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública, às organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), às organizações não-governamentais, às organizações sociais criadas nos moldes e com os fins da Lei Federal nº 9637, de 1998, aos institutos, às fundações e às cooperativas. (acrescido pela Lei nº 3.365/2013 de 05 de dezembro de 2013)



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

*ESTADO DO PARANÁ*

Art. 2º - É de competência exclusiva e indelegável do Prefeito Municipal de Bandeirantes, através de decreto municipal, a cessão ou a distribuição de servidores públicos, nos termos do art. 1º.

Art. 3º - A cessão ou a distribuição funcional formalizar-se-á através de convênio de mútua cooperação firmado entre o órgão ou entidade cedente e o cessionário.

Parágrafo Único - Neste convênio ficará estabelecido a forma de remuneração devida ao servidor público cedido.

Art. 4º - Quando a cessão ou distribuição funcional ocorrer para o Poder Legislativo Municipal os servidores públicos terão seus vencimentos registrados como despesas a serem contabilizadas nos limites das despesas como pessoal do Poder Legislativo Funcional.

Art. 5º - O ente solicitante, que pretender a cessão ou a disposição de servidor público municipal, deverá encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal ofício firmado por seu titular máximo ou autoridade formalmente delegada.

§ 1º - A análise da viabilidade e pertinência dessa requisição ficará a cargo do Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º - Constituirá condição para aprovação e manutenção da disposição funcional a atualização dos dados cadastrais do servidor junto ao Município.

Art. 6º - O órgão pretendente deverá solicitar a cessão ou distribuição funcional através de requerimento à Prefeitura Municipal, dirigido ao Prefeito Municipal, acompanhado dos seguintes documentos:

- I- Justificativa fundamentada pelo órgão cessionário de que a cessão não se traduz em burla à norma constitucional do concurso público;
- II- Cópia autenticada do CPF e do RG do representante do órgão que celebrará o convênio;
- III- Cópia do cartão de CNPJ atualizado;
- IV- Cópia do CPF e RG do servidor público cedido;
- V- Cópia do ato de nomeação do servidor público cedido;
- VI- Comprovante de dotação orçamentária suficiente para arcar com a remuneração do servidor público cedido, seja de forma direta ou mediante reembolso ao órgão cedente;

Art. 7º - O prazo de permanência do servidor à disposição ou cessão, na forma do artigo 1º desta lei, terá como limite máximo 31 de janeiro do ano seguinte ao término do mandato do Prefeito Municipal que o autorizou.

§ 1º - No primeiro dia útil subsequente ao prazo estabelecido no caput deste artigo, o servidor deverá se apresentar no Setor de Recursos Humanos do órgão de origem.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

*ESTADO DO PARANÁ*

§ 2º - O não comparecimento do servidor na forma estabelecida no parágrafo anterior gerará anotação de faltas, podendo caracterizar abandono de cargo, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 8º - O Prefeito Municipal poderá autorizar a solicitação de cessão ou disposição funcional com ressarcimento, desde que mediante motivação de interesse público, caso em que o órgão de origem será responsável pelo pagamento da remuneração total e das obrigações patronais do servidor.

§ 1º - O ressarcimento pelo Município de Bandeirantes observará o valor do vencimento e vantagens pessoais do servidor em seu órgão de origem e terá como limite em qualquer hipótese a última referência do último nível da maior tabela salarial vigente no Poder Executivo da Administração Direta do Município de Bandeirantes.

§ 2º - O ressarcimento mencionado no § 1º deste artigo dar-se-á mediante a apresentação de fatura que discrimine as verbas a serem ressarcidas.

§ 3º - Ficam excetuadas dos limites impostos pelo § 1º, deste artigo, as disposições funcionais destinadas ao exercício de cargo comissionado ou função gratificada.

Art. 9º - Na hipótese prevista no art. 7º desta lei, o coordenador de despesa do órgão ou entidade municipal interessada deverá declarar antecipadamente, por meio de ofício expedido pelo titular do órgão solicitante ao Prefeito Municipal, a existência de disponibilidade orçamentária e financeira contido nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, informando a dotação orçamentária específica.

Parágrafo Único - Não havendo disponibilidade orçamentária e financeira ou na falta de indicação da mesma o pedido será indeferido.

Art. 10º - O recolhimento da contribuição previdenciária de servidor não pertencente ao quadro funcional do Município deverá obedecer à legislação de seu ente de origem.

Art. 11 - Em caso de acidente, mesmo em trabalho, o órgão cedente e seus administradores ficam isentos de quaisquer responsabilidades civis, criminais e trabalhistas.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***

***ESTADO DO PARANÁ***

Art. 12 - A presente lei não obriga o município a atender à solicitação, a qual será sempre precedida de análise de disponibilidade do servidor, posto que deve ser priorizado o atendimento aos órgãos da Administração Municipal, em primazia.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 28 de junho de 2011.

  
Celso Benedito da Silva  
Prefeito Municipal